

aj. 21.11
SP

República dos Estados Unidos do Brasil



Câmara dos Deputados

(DO SENADO FEDERAL)

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º

Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "Acôrdos " equiparados aos extranumerários da União.

DESPACHO: A's coms. de C. e Justiça - Serv. Público e de Finanças.

A' com. de Justiça em 10 de outubro de 1957

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. *Deputado Gervásio de Sá*, em 10/10/57
- O Presidente da Comissão de *Justiça*
- Ao Sr. *Deputado João de Deus*, em 3/10/57
- O Presidente da Comissão de *Benjamin Franklin*
- Ao Sr. *Dep. Vitorino Mendes*, em 12/10/57
- O Presidente da Comissão de *Finanças - (Mário Killy)*
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º DE 19

SINOPSE

Projeto N.º de de de 19.....

Ementa :

Autor :

Discussão única

Discussão inicial

Discussão final

Redação final

Remessa ao Senado

Emendas do Senado aprovadas em de de 19.....

Sancionado em de de 19.....

Promulgado em de de 19.....

Vetado em de de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19.....

Lote: 36
PL N.º 3350/1957
Caixa: 163
1



Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1957.

Ne 02037

Encaminha Projeto de Lei do
Congresso Nacional à sanção.

Senhor Chefe do Gabinete Civil:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso Projeto de Lei do Congresso Nacional, que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acordos" equiparados aos extranumerários da União.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha distinta consideração.

Secretário

A Sua Excelência o Senhor Doutor Victor Nunes Leal,
Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.



Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acordos" equiparados aos extranumerários da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os servidores em regime de "acordos", equiparados aos extranumerários da União, na forma do art. 264 da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, que tenham adquirido estabilidade nos termos da Lei nº 2 284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os extranumerários menselistas da União.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1958, consignando-se no orçamento os recursos necessários ao cumprimento do que nela se dispõe.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1957.

Ulysses Guimarães
Wilson Fadel
Micenor Silva

Projeto de Lei nº 3.350-A, de 1957, à sanção.

Caixa: 163

Lote: 36

PL Nº 3350/1957

3

*Aprovado em discussão
única no Senado Federal. 21.12.57*
Sanção o projeto

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 3.350-A — 1957

Estabelece norma para pagamento aos servidos dos "acordos" equiparados aos extranumerários da União; tendo pareceres: pela inconstitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça; e favoráveis, das Comissões de Serviço Público e de Finanças

PROJETO N.º 3.350-57 A QUE SE REFEREM OS PARECERES

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os servidores em regime de "acôrdo", equiparados aos extranumerários da União, na forma do art. 264, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, que tenham adquirido estabilidade nos termos da Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os extranumerários mensalistas da União.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1958, consignando-se no orçamento os recursos necessários ao cumprimento do que nela se dispõe.

eSnado Federal, em 4 de outubro de 1957. — *Apolônio Sales — Lima Teixeira. — Freitas Cavalcanti.*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DO RELATOR

Trata-se de iniciativa do Senado Federal, que pretende seja estabelecida uma norma para o pagamento aos servidos dos "acôrds" equiparados aos extranumerários da União, já que equiparado, o chamado pessoal dos "acôrds", perceberia seu salário e demais vantagens por conta

dos mesmos recursos e verbas pelos quais são pagos os extranumerários da União.

Encontram-se junto ao projeto os pareceres dos órgãos técnicos daquela casa do Congresso, sendo de notar que o da Comissão de Justiça, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger deixa evidenciado que, na proposição nada há de inconstitucional ou injurídico.

Deixando o mérito, como é, aliás, regimental, às Comissões de competência específica, somos de parecer favorável ao projeto.

Sala Afrânio de Mello Franco, em 21 de novembro de 1957. — *Gurgel do Amaral — Relator.*

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma "B" realizada em 21-11-57, opinou, unanimemente, pela constitucionalidade do Projeto n.º 3.350-57, na forma do parecer do Relator, presentes os senhores deputados Nogueira da Gama — no exercício da presidência, Gurgel do Amaral — Relator, Antônio Horácio — Prado Kelly — Monteiro de Barros — Rondon Pacheco — Teixeira Gueiros — Cícero Alves — Leoberto Leal — Joaquim Duval — Milton Campos e Abguar Bastos.

Sala Afrânio de Melo Franco, 21 de novembro de 1957. — *Nogueira da Gama — no exercício da presidência. Gurgel do Amaral — Relator.*

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

PARECER DO RELATOR

Procedente do Senado e com parecer favorável da Comissão de Justiça da Câmara foi distribuído a esta Comissão o projeto n.º 3.350-57, que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "Acôrdos" equiparados aos extranumerários da União.

A matéria foi longamente estudada pela Comissão de Serviço Público do Senado e pelos demais órgãos técnicos daquela Casa do Congresso, cujos pareceres subscrevemos integralmente.

Nestas condições, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala Bueno Brandão, em 3 de dezembro de 1957. — *Segismundo Andrade*. — Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Serviço Público em reunião desta data aprovou o parecer do relator Sr. Segismundo de Andrade, favorável ao projeto número 3.350-57, que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "Acôrdos" equiparados aos extranumerários da União. Votaram os Senhores Benjamin Farah, José Guimarães, Segismundo Andrade, Celso Branco, Lourival de Almeida, José Fragelli, Milton Brandão e Frota Aguiar.

Sala Bueno Brandão, em 3 de dezembro de 1957. — *Benjamin Farah*, Presidente. — *Segismundo Andrade*, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER DO RELATOR

O Projeto n.º 24-57, oriundo do Senado Federal, registrado na Câmara dos Deputados sob n.º 3.350-57, esta-

belece que "os servidores em regime de "acôrdos", equiparados aos extranumerários da União, na forma do art. 264, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de-952, que tenham adquirido estabilidade nos termos da lei número 2.284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os extranumerários mensalistas da União".

O art. 2.º do Projeto autoriza a inclusão, no orçamento, dos recursos necessários ao cumprimento do disposto no art. 1.º.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Serviço Público, unanimemente, aprovaram a proposição, que consubstancia providência útil e oportuna.

Somos, por isso, de parecer approve a Comissão de Finanças o Projeto n.º 2.350-57.

Sala Rego Barros, em 5 de dezembro de 1957. — *Nelson Monteiro* — Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças em sua 60.ª reunião ordinária realizada em 5-12-57, presentes os senhores Cesar Prieto, Último de Carvalho, Broca Filho, Chalbaud Biscaia, José Pedroso, Leoberto Leal, Vasconcelos Costa, Silvio Sanson, Napoleão Fontenelli, Souto Maior, Lino Braun, Victorino Corrêa, Nelson Monteiro, Lopo Coelho, Pereira da Silva, Odilon Braga, Alomar Baleeiro, Pereira Diniz, Milton Brandão, opina por unanimidade, pela aprovação do Projeto n.º 3.350 de 1957, de acordo com o parecer do relator, Sr. Nelson Monteiro.

Sala Rego Barros, em 5 de dezembro de 1957. — *Cesar Prieto* — Presidente. — *Nelson Monteiro* — Relator.

À Comissão de Constituição e Justiça, de Senador Teófilo e de
Fruin.

9.10.57

Projeto 03.350/57
Dir. V. L.

833

4 de outubro de 1957



Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 68, da Constituição Federal, o projeto de lei do Senado nº 24, de 1957, constante do autógrafo junto, que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acôrdos" equiparados aos extranumerários da União.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha perfeita estima e mais distinta consideração.

Lima Teixeira
Senador Lima Teixeira
1º Secretário

A Sua Excelência o Senhor Deputado Wilson Fadul
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

DCS

ANOTADO

CÓPIA

PLS/24/57

833

4 de outubro de 1957

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 68, da Constituição Federal, o projeto de lei do Senado nº 24, de 1957, constante do autógrafo junto, que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acôrdos" equiparados aos extranumerários da União.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha perfeita estima e mais distinta consideração.

Luiz Teixeira
1º Secretário



A Sua Excelência o Senhor Deputado Wilson Fadul
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

DCS

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 24, DE 1957

Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acôrdos" equiparados aos extranumerários da União.

Apresentado pelo Sr. Senador Freitas Cavalcanti.

Lido no expediente de 25.7.57.

Às Comissões de Justiça, Serviço Público Civil e de Finanças em 25.7.57.

Em 23.9.57 são lidos os seguintes pareceres:

Nº 837/57, favorável, relatado pelo Sr. Senador Daniel Krieger.

Nº 838/57, favorável, relatado pelo Sr. Senador Prisco dos Santos.

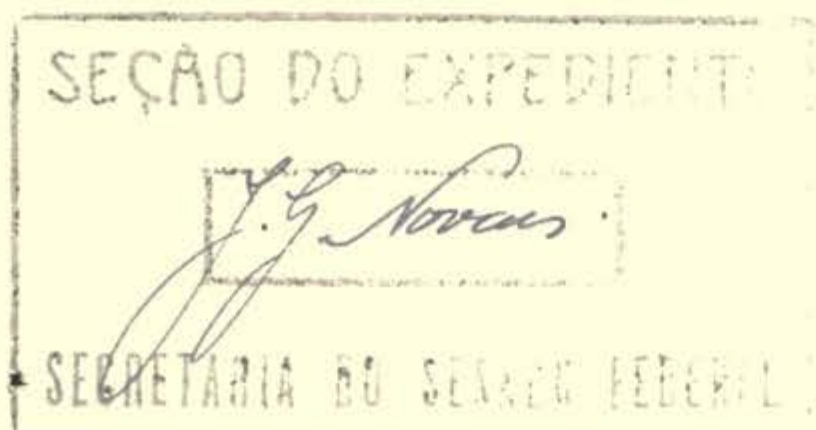
Nº 839/57, favorável, com emenda, relatado pelo Sr. Senador Vivaldo Lima.

Em 25.9.57 é aprovado o projeto em 1ª discussão, com emenda, tendo sido feita a votação artigo por artigo. À Comissão de Redação.

Em 27.9.57 é lido o parecer nº 867, da Comissão de Redação, oferecendo a redação para a 2ª discussão.

Em 1.10.57 o projeto é aprovado em 2ª discussão.

À Câmara dos Deputados com o Ofício nº 833 de 4/10/57. -



Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acôrdos" equiparados aos extranumerários da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os servidores em regime de "acôrdos", equiparados aos extranumerários da União, na forma do art. 264, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, que tenham adquirido esta bilidade nos termos da Lei nº 2 284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os extranumerários mensa - listas da União.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janei - ro de 1958, consignando-se no orçamento os recursos necessários ao cumprimento do que nela se dispõe.

SENADO FEDERAL, em 4 de outubro de 1957

Pro. m. J. de
Rina Teixeira
Freitas Cavalcanti

PLS/ nº 24/57

Lote: 36
Caixa: 163
PL Nº 3350/1957
8



SENADO FEDERAL

PARECERES

Ns. 837, 838 e 839, de 1957

N.º 837, de 1957

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1957, estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acôrdos", equiparados aos extranumerários da União.

Relator: Sr. Daniel Krieger.

Estabelece o presente projeto de autoria do eminente Senador Freitas Cavalcanti, que os servidores em regime de "acôrdo", equiparados aos extranumerários da União na forma do artigo 264, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), que tenham adquirido estabilidade nos termos da Lei 2.284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos extranumerários mensalistas da União.

II. O autor da proposição, justificando-a, apresenta os seguintes argumentos:

a) os servidores em regime de "acôrdo" entre a União e Estados estão equiparados aos extranumerários da União, conforme preceitua o artigo 264 do Estatuto dos Funcionários;

b) assim, estão, êsses servidores, no pleno gozo dos direitos, garantias e vantagens de que usufruem os extranumerários da União, quais se aplica o regime jurídico do Estatuto (artigo 252);

c) em vista dessa condição de equiparados os extranumerários da União, foram os servidores dos "acôrdos"

contemplados com o de emergência e especial temporário, bem como beneficiados com o aumento de vencimentos concedido ao funcionalismo civil da União, pela Lei n.º 2.745, de 12 de março de 1956, cujo artigo 10 assim dispõe expressamente:

"E" assegurado aos servidores em regime de "acôrdos" entre a União e os Estados aumento de salário igual ao concedido aos extranumerários mensalistas da União, correndo as despesas por conta do Tesouro Nacional";

d) por outro lado, o Decreto número 11.159, de 29 de dezembro de 1942, em seu artigo 15, estabelece a equiparação de salário de pessoal em regime de "acôrdo" aos extranumerários da União;

e) o Decreto n.º 29.270, de 17 de dezembro de 1951, incluiu o pessoal do "acôrdo" no regime do IPASE, em nível correspondente aos extranumerários da União;

f) os servidores que já adquiriram estabilidade por força da Lei 2.284 ficaram equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos;

g) êsses servidores em regime de acôrdo já são, praticamente, pagos pela própria União, cujo encargo, na espécie, é de cerca de 70%.

h) além disso, tais servidores são aposentados pela União, a quem cabe o respectivo ônus financeiro; e

i) finalmente, não é razoável que os servidores dos "acôrdos" já equiparados aos extranumerários mensalistas da União, e que tenham adquirido estabilidade na forma da Lei

n.º 2.284, de 1954, continuam sujeitos a um regime de pagamento *sui generis* inteiramente diferente do que é adotado com os demais extranumerários da administração pública.

III. Como se verifica, — nada há a acrescentar às brilhantes razões oferecidas pelo ilustre representante alagoano, que demonstra, à evidência, a justiça da providência que propõe.

Nada há, na proposição, de inconstitucional ou injurídico, antes, pelo contrário, ela busca integrar os "servidores" de acordo, relativamente à percepção de salários e vantagens, no mesmo sistema em que já se encontram os extranumerários, a que eles foram equiparados.

IV. Ante o exposto, somos, sob o ponto de vista constitucional e jurídico, favoráveis à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1957. — *Cunha Mello*, Presidente. — *Daniel Krieger*, Relator. — *Mário Pôrto*. — *Abelardo Jurema*. — *Benedicto Valladares*. — *Gilberto Marinho*. — *Lineu Prestes*.

N.º 838, DE 1957

Da Comissão de Serviço Público Civil — sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1957.

Relator: Sr. Prisco dos Santos.

Os servidores dos "acôrdos" firmados entre a União e os Estados estão no pleno gozo dos direitos, garantias e vantagens asseguradas aos extranumerários da União, eis que a estes foram equiparados pelo artigo 264 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Por força dessa equiparação, aplica-se, a esses servidores, o regime da Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

De outro lado, o Decreto número 11.159, de 29 de dezembro de 1942, estabelece a equiparação de salários do pessoal em regime de "acôrdo" ao do pessoal extranumerário, pelo que foram, os servidores dos "acôrdos", também contemplados com os abonos de emergência e especial temporário, de que tratam as leis números 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e 2.412, de 1.º de fevereiro de 1954,

assim como beneficiados com o aumento de vencimentos concedido ao funcionalismo civil da União pela Lei n.º 2.745, de 12 de março de 1956.

Afora isso, é de assinalar que os servidores dos "acôrdos", quando estáveis, são equiparados, para todos os efeitos, aos funcionários efetivos, e pagos, praticamente, pela União, pela qual, aliás, são aposentados.

Em vista disso, e considerando que não seria justo continuassem, os servidores dos "acôrdos" — já estáveis — a um regime de pagamento inteiramente diferente do adotado para os demais extranumerários da União, o eminente Senador Freitas Cavalcanti apresentou o presente projeto, no qual se estabelece que os mesmos perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas por que são pagos os extranumerários mensalistas da União.

Trata-se, como se vê, de uma proposição não apenas justa, mas também oportuna e que tem entre outros, o mérito de evitar que se trate de maneira desigual a servidores em igualdade de condições.

Diante do exposto, e salientando, como fez a Comissão de Constituição e Justiça, que a medida em aprêço, busca, precipuamente, integrar os "servidores de acôrdos" no mesmo sistema em que se encontram os extranumerários, a que eles estão equiparados, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1957. — *Prisco dos Santos*, Presidente e Relator. — *Gilberto Marinho*. — *Novaes Filho*. — *Caetano de Castro*, vencido, o projeto escapa à competência da Comissão. — *Lima Guimarães*.

N.º 839, de 1957

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1957.

Relator — Sr. Vivaldo Lima.

Pelo presente projeto, os servidores em regime de "acôrdo", equiparados aos extranumerários da União, na forma do artigo 264, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, que tenham adquirido estabilidade nos termos da Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos re-

cursos ou verbas pelos quais são pagos os extranumerários mensalistas da União.

Seu autor, o eminente Senador Freitas Cavalcanti justificou-o convenientemente, mostrando a justiça da medida que propõe, visto que, como muito bem adverte, não é razoável que os referidos servidores continuem sujeitos a um regime de pagamento completamente diverso do adotado para os demais extranumerários da administração pública.

A Comissão de Constituição e Justiça considerou a proposição em perfeitas condições de constitucionalidade e juridicidade e a de Serviço Público, apreciando-lhe o mérito, deu-lhe inteiro apoio.

Compete-nos, agora, examinar a matéria quanto ao seu aspecto financeiro e, dêsse ângulo, embora concordando com a providência, temos uma alteração a propor.

Assim, para evitar que se tumultue o processo de pagamento dos servi-

dores de "acôrdo" — e que se tenha, para tal de recorrer a créditos especiais, opinamos pela aprovação do projeto, com a seguinte

EMENDA N.º 1-C

AO art. 2.º

Redija-se assim o artigo:

"Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1958, consignando-se no orçamento, os recursos necessários ao cumprimento do que nela se dispõe."

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1957. — *Alvaro Adolpho*, Presidente. — *Vivaldo Lima*, Relator. — *Novais Filho*. — *Daniel Krieger*. — *Gaspar Velloso*. — *Lino de Mattos*. — *Sobral Barreto*. — *Lima Guimarães*. — *Fausto Cabral*.

Pareceres publicados no "Diário do Congresso Nacional" de 24 de setembro de 1957.



SENADO FEDERAL

PARECER

N.º 867, de 1957

Redação para 2.ª discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1957.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

A Comissão apresenta a redação para 2.ª discussão (fl. anexa) do Projeto de Lei n.º 24, de 1957, originário do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1957. — *Ezequias da Rocha*, Presidente — *Argemiro de Figueiredo*, Relator. — *Mourão Vieira*.

ANEXO AO PARECER N.º 867, DE 1957.

Redação para 2.ª discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1957, que estabelece norma para pagamento aos servidores dos

"acôrdos", equiparados aos extranumerários da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os servidores em regime de "acôrdo", equiparados aos extranumerários da União, na forma do artigo 264, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, que tenham adquirido estabilidade nos termos da Lei número 2.284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários, e demais vantagens, por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os extranumerários mensalistas da União.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 28 de setembro de 1957.



8/80
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO Nº 3.350/57 - Do Senado Federal que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "Acôrdos" equiparados aos extranumerários da União.

P A R E C E R

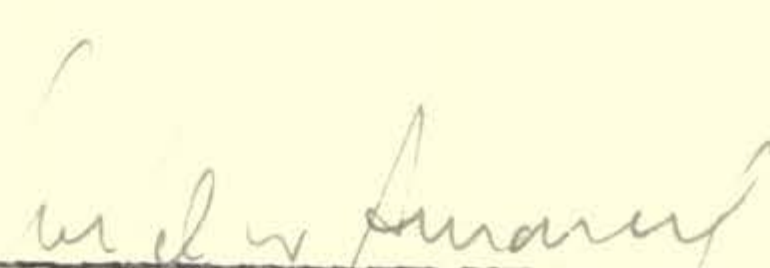
RELATOR: - DEP. GURGEL DO AMARAL

Trata-se de iniciativa do Senado Federal, que pretende seja estabelecida uma norma para o pagamento aos servidores dos "acôrdos" equiparados aos extranumerários da União. Já que equiparado, o chamado pessoal dos "acôrdos", perceberia seu salário e demais vantagens por conta dos mesmos recursos e verbas pelos quais são pagos os extranumerários da União.

Encontram-se junto ao projeto, os pareceres dos órgãos técnicos daquela casa do Congresso, sendo de notar que o da Comissão de Justiça, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger deixa evidenciado que, na proposição, nada há de inconstitucional ou injurídico.

Deixando o mérito, como é, aliás, regimental, às Comissões de competência específica, somos de parecer favorável ao projeto.

Sala Afrânio de Mello Franco, em 21 de novembro de 1957.



Gurgel do Amaral - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇAPARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma "B" realizada em 21-11-57, opinou, unânimemente, pela constitucionalidade do Projeto nº... 3 350/57, na forma do parecer do Relator, presentes os srs. deputados Nogueira da Gama - no exercício da presidência, Gurgel do Amaral - Relator, Antônio Horácio - Prado Kelly - Monteiro de Barros - Rondon Pacheco - Teixeira Gueiros - Cícero Alves - Leoberto Leal - Joaquim Duval - Milton Campos e Abguar Bastos.

Sala Afrânio de Melo Franco, 21 de novembro de 1957

Nogueira da Gama

Nogueira da Gama - no exercício da
presidência

Gurgel do Amaral

Gurgel do Amaral - Relator

Projeto nº 3.350/57

Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "Acordos" equiparados aos extranumerários da União.

Procedente do Senado e com parecer favorável da Comissão de Justiça da Câmara foi distribuído a esta Comissão o projeto nº 3.350/57, que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "Acordos" equiparados aos extranumerários da União.

A matéria foi longamente estudada pela Comissão de Serviço Público do Senado e pelos demais órgãos técnicos daquela Casa do Congresso, cujos pareceres subscrevemos integralmente.

Nestas condições, opinamos pela aprovação do projeto .

Sala Bueno Brandão, em 3 de dezembro de 1957


Segismundo Andrade, Relator
Segismundo Andrade

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICOPARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Serviço Público em reunião desta data aprovou o parecer do relator Sr. Segismundo de Andrade, favorável ao projeto nº 3.350/57, que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "Acôrdos" equiparados aos extranumerários da União. Votaram os Senhores Benjamim Farah, José Guimarães, Carvalho Guimarães, Segismundo Andrade, Celso Branco, Lourival de Almeida, José Fragelli, Milton Brandão e Frota Aguiar.

Sala Bueno Brandão, em 3 de dezembro de 1957

Benjamim Farah, Presidente

Segismundo Andrade, Relator



Projeto nº 3.350/57

Parecer

O Projeto nº 24/57, oriundo do Senado Federal, registrado na Câmara dos Deputados sob nº 3350/57, estabelece que "os servidores em regime de "acôrdos", equiparados aos extranumerários da União, na forma do art. 264, da lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, que tenham adquirido estabilidade nos termos da lei nº 2284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os extranumerários mensalistas da União".

O art. 2º do Projeto autoriza a inclusão, no orçamento, dos recursos necessários ao cumprimento do disposto no art. 1º.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Serviço Público, unanimemente, aprovaram a proposição, que consubstancia providência útil e oportuna.

Somos, por isso, de parecer aprove a Comissão de Finanças o Projeto nº 3350/57.

Sala Rego Barros, em 5 de dezembro de 1957.

Nelson Monteiro - Relator



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

A Comissão de Finanças em sua 60a. reunião ordinária realizada em 5/12/57, presentes os senhores Cesar Prieto, Último de Carvalho, Broca Filho, Chalbaud Biscaia, José Pedroso, Leoberto Leal, Vasconcelos Costa, Silvio Sanson, Napoleão Fontenelli, Souto Maior, Lino Braun, Victorino Corrêa, Nelson Monteiro, Lopo Coelho, Pereira da Silva, Odilon Braga, Aliomar Baleeiro, Pereira Diniz, Milton Brandão, opina por unanimidade, pela aprovação do Projeto nº 3350/1957, de acôrdo com o parecer do relator, Sr. Nelson Monteiro.

Sala Rego Barros, em 5 de dezembro de 1957.

Presidente

Cesar Prieto

Relator

Nelson Monteiro

400

CÂMARA DOS DEPUTADOS



[Assinatura]

se 12/7
In-fine

13

A IMPRIMIR

35-

C 279 201

~~Em 9/12/57~~

[Assinatura]

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 3 350-A/1957

[Assinatura]

Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acôrdos" equiparados aos extranumerários da União; tendo pareceres: pela constitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça; e favoráveis, das Comissões de Serviço Público e de Finanças.

PROJETO Nº 3 350/1957 A QUE SE REFEREM OS PARECERES

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os servidores em regime de "acôrdo", equiparados aos extranumerários da União, na forma do art. 264, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, que tenha adquirido estabilidade nos termos da Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou ver-

bas pelos quais são pagos os extranumerários mensalistas da União.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1958, consignando-se no orçamento os recursos necessários ao cumprimento do que nela se dispõe.

Senado Federal, em 4 de outubro de 1957. — Apolônio Sales — Lima Teixeira — Freitas Cavalcanti.

3350/52

3350/54

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1958.

112

30101

Senhor Secretário:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência um dos autógrafos do Projeto de lei nº 3 350-A, de 1957, já sancionado, que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acordes" equiparados aos extramurários da União.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

NICANOR SILVA
Primeiro Secretário,
em exercício.

A Sua Excelência o Senhor Senador Lima Teixeira,
Primeiro Secretário do Senado Federal.
CV/MBS.

INTEIRADA, AO ARQUIVO, reunten-
do-se um dos autógrafos ao Senado.
Em 5 / 2 / 1958.

[Handwritten signature]

Em 26 de dezembro de 1957.



Senhor Primeiro Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclu-
sa Mensagem do Senhor Presidente da República, restituindo autógrafos
de projeto de lei.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelên-
cia os protestos de minha elevada estima e consideração.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Secção do Expediente

Feito o respectivo expediente

em de de 19

por effeito sob N.º 30101

Secretaria da Câmara dos Deputados

em 26 de Fevereiro de 1958

[Handwritten signature: Victor Nunes Leal]

(Victor Nunes Leal)

Chefe do Gabinete Civil

[Handwritten signature]
Chefe da Secção do Expediente

A Sua Excelência o Senhor Deputado Wilson Fadul

Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

mor. - Ref.PR- 67.265/57

ANOTADO

2600

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

Havendo sancionado o projeto de lei que estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acordos" equiparados aos extranumerários da União, tenho a honra de restituir a Vossa Excelência dois dos respectivos autógrafos.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1.957.

Juscelino Kubitschek

*Sancionado
26-12-57
Miguel Kubukuku*

Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acordos" equiparados aos extranumerários da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os servidores em regime de "acordos", equiparados aos extranumerários da União, na forma do art. 264 da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, que tenham adquirido estabilidade nos termos da Lei nº 2 284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os extranumerários mensalistas da União.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1958, consignando-se no orçamento os recursos necessários ao cumprimento do que nela se dispõe.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1957.

*Miguel Kubukuku
Miguel Kubukuku
Vicente Silva*

Projeto de Lei nº 3.350-A, de 1957, à sanção.

Caixa: 163

Lote: 36

PL Nº 3350/1957

23

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: